ISSN: 2594-6153

O Papel das ONGs na Prestação de Serviços de Saúde para Refugiados: Contribuição das ONGs Brasileiras

Sérgio Luiz de Matteo, Patrícia Gorisch

Universidade Santa Cecília, Santos-SP, Brasil

E-mail: s.matteo@uol.com.br

Resumo: O Brasil tem se destacado na acolhida de refugiados, especialmente da Venezuela, Síria e Congo. No entanto, a infraestrutura de saúde pública enfrenta desafios para atender às necessidades dessa população. As ONGs brasileiras, como IMDH, Caritas Arquidiocesana de São Paulo e Missão Paz, desempenham um papel crucial na mitigação dessas dificuldades, oferecendo assistência médica, psicológica e social. Este artigo analisa as práticas dessas ONGs e os desafios enfrentados, como financiamento e integração com o SUS, destacando a importância de políticas públicas eficazes para a sustentabilidade desses serviços.
Palavras-chave: Refugiados; ONGs; Saúde pública; Brasil; Assistência social.

The Role of NGOs in Providing Health Services to Refugees: Contributions of Brazilian NGOs

Abstract: Brazil has stood out in welcoming refugees, especially from Venezuela, Syria, and Congo. However, the public health infrastructure faces challenges in meeting the needs of this population. Brazilian NGOs such as IMDH, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, and Missão Paz play a crucial role in mitigating these difficulties by providing medical, psychological, and social assistance. This article analyzes the practices of these NGOs and the challenges they face, such as funding and integration with SUS, highlighting the importance of effective public policies for the sustainability of these services.
Keywords: Refugees; NGOs; Public health; Brazil; Social assistance.

Introdução

O aumento significativo no número de refugiados ao redor do mundo em especial nos últimos anos tem exigido uma resposta organizada e eficiente dos países receptores, incluindo o Brasil. Segundo o relatório do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) [1], o Brasil reconheceu milhares de refugiados nos últimos anos, refletindo sua postura humanitária e acolhedora. Nesse contexto, de acordo com Ferreira LR. 2023 [2], as Organizações Não Governamentais (ONGs) têm desempenhado um papel crucial na prestação de serviços de saúde para essa população vulnerável. Este artigo tem como objetivo analisar o papel das ONGs na prestação de serviços de saúde para refugiados com um foco especial nas ONGs brasileiras. Além disso, o estudo busca responder às seguintes perguntas: Como as ONGs brasileiras têm contribuído para mitigar as lacunas no sistema de saúde pública em relação à assistência aos refugiados? De que forma a integração das ONGs com o Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser aprimorada para garantir a sustentabilidade dos serviços de saúde oferecidos aos refugiados?

ISSN: 2594-6153

Tal como lecionam Silva et ali. 2022 [3], a relevância do tema reside na compreensão de como essas organizações contribuem para a mitigação das dificuldades enfrentadas pelos refugiados no acesso à saúde, bem como na identificação dos desafios e das melhores práticas nessa área.

Objetivos

O objetivo principal deste estudo é analisar o papel das ONGs na prestação de serviços de saúde para refugiados no Brasil, com um enfoque particular em três organizações: Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e Missão Paz. Busca-se compreender como essas ONGs atuam para suprir as necessidades de saúde dos refugiados e qual é a sua importância dentro do contexto brasileiro.

Material e Métodos

O estudo foi conduzido com base em uma análise documental das práticas adotadas por três ONGs brasileiras. A metodologia aplicada envolveu a revisão de relatórios anuais, artigos acadêmicos e materiais disponíveis publicamente dessas organizações, com foco em suas estratégias de atendimento à saúde dos refugiados. A coleta de dados ocorreu em agosto de 2024. Cada ONG foi analisada quanto às suas práticas de promoção da saúde mental, vacinação e integração com o SUS. As práticas foram categorizadas e comparadas para identificar pontos em comum e abordagens inovadoras. Este estudo visa oferecer uma visão detalhada das metodologias utilizadas por essas ONGs, permitindo a replicação em estudos futuros ou em diferentes contextos.

Resultados

Os resultados da análise mostram que as três ONGs analisadas desempenham um papel fundamental na prestação de serviços de saúde para refugiados. Essas práticas não apenas atendem às necessidades imediatas de saúde dos refugiados, mas também promovem sua integração social e bem-estar psicológico.

O IMDH promove ações focadas na saúde e bem-estar de refugiados e migrantes no Brasil, facilitando o acesso desses grupos ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de orientações, encaminhamentos para serviços médicos, e apoio em emergências. Entre os projetos de destaque está o Angel Gabriel, que atende crianças migrantes, especialmente filhos de mulheres refugiadas, com kits de nutrição e higiene para prevenir a desnutrição, particularmente em Roraima.

ISSN: 2594-6153

A CASP, por sua vez, adota uma abordagem integrada que reconhece a interconexão entre saúde, segurança e bem-estar social, oferecendo um suporte abrangente que inclui cuidados médicos, apoio jurídico, social e psicológico.

A Missão Paz desenvolve ações voltadas à saúde dos refugiados, com foco em cuidados primários, saúde mental e acesso a tratamentos especializados. Suas principais iniciativas incluem: atendimento médico e odontológico básico para tratar emergências e promover prevenção; apoio psicológico, por meio de atendimentos individuais e grupos de suporte, ajudando refugiados a lidar com estresse pós-traumático, depressão e ansiedade; orientação e encaminhamento ao Sistema Único de Saúde (SUS) para acesso a tratamentos especializados; e campanhas de vacinação e prevenção de doenças como HIV/AIDS, tuberculose e outras doenças infectocontagiosas.

Discussão

A análise comparativa das práticas das ONGs revela que, apesar dos desafios enfrentados, essas organizações têm conseguido superar muitas das dificuldades estruturais e financeiras através de abordagens eficientes e colaborações estratégicas.

O IMDH desempenha um papel crucial ao facilitar o acesso dos refugiados ao SUS por meio de orientações e encaminhamentos, além de fornecer apoio em emergências e assistência para a aquisição de medicamentos. Essa mediação é essencial para que os refugiados, muitas vezes sem conhecimento dos procedimentos do SUS, possam acessar os serviços de saúde disponíveis. Iniciativas como o Projeto Angel Gabriel, focado na nutrição e higiene de crianças migrantes, combatem problemas de saúde pública em regiões como Roraima, onde a vulnerabilidade é acentuada.

A CASP, com sua abordagem integrada que alia saúde a apoio jurídico, social e psicológico, assegura que os refugiados recebam um suporte abrangente, essencial para o bem-estar geral dessa população. A integração dos cuidados médicos com outros serviços sociais permite que os refugiados não apenas tratem suas condições de saúde, mas também superem desafios legais e sociais que impactam diretamente sua saúde mental e física.

A Missão Paz demonstra, por meio de campanhas de vacinação, prevenção de doenças, apoio psicológico e atendimento médico básico, como é possível atender às necessidades primárias de saúde dos refugiados.

Essas ações demonstram que as ONGs têm a capacidade de responder rapidamente a crises de saúde pública, oferecendo soluções adaptativas que o sistema público muitas vezes

ISSN: 2594-6153

não consegue proporcionar devido a restrições de recursos ou burocracia. A documentação detalhada e a análise das metodologias empregadas por essas ONGs podem servir como guia para a implementação de programas semelhantes em outras regiões que enfrentam desafios comparáveis, contribuindo para a criação de um corpo de conhecimento global que promove a saúde e o bem-estar dos refugiados.

O exame das práticas individuais de cada ONG citada também demonstra que a integração com o SUS é essencial. A implementação de redes integradas de assistência, que combinem os esforços das ONGs com a infraestrutura do SUS, poderia resultar em um sistema mais coeso e eficaz, reduzindo a fragmentação dos serviços de saúde e garantindo que os refugiados tenham acesso a cuidados completos e contínuos. Para aprimorar essa integração, seria necessário um esforço coordenado para formalizar as parcerias entre as ONGs e o SUS. Isso pode ser feito por meio da criação de políticas públicas que incentivem a colaboração, como o estabelecimento de protocolos conjuntos de atendimento, o compartilhamento de recursos e informações, e a capacitação mútua de profissionais de saúde e trabalhadores sociais.

Essa necessária integração entre as ONGs e o SUS demanda, por sua vez, que o governo brasileiro reconheça oficialmente a importância das ONGs no acolhimento dos refugiados e estabeleça meios que garantam apoio técnico, financeiro e logístico contínuo. Isso é particularmente relevante considerando o aumento do número de refugiados no país, que pressiona ainda mais as ONGs e o sistema de saúde pública.

Conclusões

O papel das ONGs na prestação de serviços de saúde para refugiados no Brasil é vital e multifacetado. As práticas adotadas pelo IMDH, CASP e Missão Paz demonstram como abordagens simples e colaborativas podem superar desafios estruturais e financeiros, oferecendo suporte direto em áreas onde o SUS não consegue alcançar plenamente, especialmente em termos de saúde mental e serviços específicos para populações vulneráveis, como é o caso dos refugiados. Essas ONGs não apenas garantem o acesso à saúde, mas também promovem a integração social e o bem-estar psicológico dos refugiados. Suas ações não só proporcionam alívio imediato para necessidades de saúde, mas também criam um modelo de suporte abrangente que poderia ser replicado em outros contextos. No entanto, ainda há desafios na integração entre essas ONGs e o SUS, que precisam de aprimoramentos para que as ONGs possam continuar desempenhando seu papel crucial na assistência à saúde dos refugiados no Brasil de forma mais coordenada e eficaz. A sustentabilidade dos serviços de saúde oferecidos

ISSN: 2594-6153

aos refugiados pode ser garantida por meio da criação de políticas públicas eficazes que promovam a colaboração contínua e integrada entre o SUS e as ONGs, mediante a formalização de parcerias capazes de assegurar financiamento, promover a capacitação conjunta, criar redes integradas de assistência, implementar monitoramento contínuo, facilitar suporte logístico e incentivar a inovação.

Referências

1. Comitê Nacional para os Refugiados. Refúgio em Números. Ministério da Justiça, 2023.
2. Ferreira LR. Integração de refugiados: o impacto das ONGs nas políticas de saúde pública no Brasil. Journal of Humanitarian Studies. 2023;15(2):85-98.
3. Silva MP, Oliveira JA. O papel das ONGs na saúde dos refugiados no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Saúde Pública. 2022;36(4):512-26.
4. ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Global Trends: Forced Displacement in 2023 [Internet]. 2024 [cited 2024 Aug 14]. Available from: https://unhcr.org/globaltrends
5. Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Caderno Cáritas nº 1 [Internet]. São Paulo: Caritas Arquidiocesana de São Paulo; 2024 [cited 2024 Aug 14]. Available from: https://caritassp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Caderno-Caritas-1.pdf
6. Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Relatório de Atividades 2023 [Internet]. Brasília: IMDH; 2023 [cited 2024 Aug 20]. Available from: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-2023-versao-final-26.03.pdf
7. Médicos Sem Fronteiras. Relatório de Atividades no Brasil, 2022. MSF; 2022.
8. Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Estatísticas sobre Refugiados no Brasil [Internet]. 2023 [cited 2024 Aug 14]. Available from: https://justica.gov.br/dadosrefugiados
9. Missão Paz. Atendimento de saúde [Internet]. [cited 2024 Aug 21]. Available from: https://missaonspaz.org/atendimento-de-saude/
10. Organização das Nações Unidas. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. ONU; 1951.